



Anais da Assembléia

Nº 111

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 18 DE OUTUBRO DE 1982

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 95ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 1982

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Tércio Albuquerque e Lineu Turra.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airtton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cherigate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Romero Filho, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Valter Pietrângelo, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

Mensagem n.º 133/82

Curitiba, 06 de outubro de 1982.

Sr. Presidente.

Na forma do disposto no art. 24, inciso II da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada consideração dessa augusta Assembléia Legislativa a inclusa proposta de Emenda Constitucional que tem o propósito de adaptar a Carta Estadual aos mandamentos constantes da Emenda n.º 22, de 29 de junho de 1982, à Carta Magna da Nação.

Cumpra assinalar, Senhor Presidente, que os estudos que precederam à elaboração da proposição em causa, foram cometidos a uma comissão de alto nível, especialmente designada pelo Senhor Secretário de Estado da Justiça, da qual fizeram parte o Desembargador José Munhoz de Mello, como Presidente e os Doutores Egas Dirceu Moniz de Aragão, Newton J. de Sisti, Rui Barbosa Correia Filho e Reginaldo Fanckin, como Membros, todos destacadas figuras nos meios jurídicos paranaense.

Por outro lado, o fato de tratar-se de adaptação de princípios constitucionais, que, por força do art. 13 da Carta Federal, deverão ser obedecidos pelos Estados, justifica plenamente a necessidade da medida.

Certo de que a proposição ora submetida à alta apreciação desse egrégio Legislativo merecerá acolhimento e conseqüente promulgação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Artigo único: São alterados e acrescentados à Constituição Estadual os seguintes dispositivos:

“Art. 11 — Não perde o mandato o deputado investido na função de Ministro de Estado, Governador do Distrito Federal, Governador de Território, Secretário de Estado e Prefeito de Capital ou quando licenciado por período igual ou superior a cento e vinte (120) dias, por motivo de doença ou para tratar de interesses particulares.

Art. 12 — Os deputados são invioláveis no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo no caso de crime contra a honra.

§ 1.º — Desde a expedição do diploma até a inauguração da legislatura seguinte, os deputados não poderão ser presos, salvo flagrante de crime inafiançável.

§ 2.º — No caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de quarenta e oito (48) horas, à Assembléia Legislativa, para que resolva sobre a prisão.

§ 3.º — Nos crimes comuns, imputáveis a deputados, a Assembléia Legislativa, por maioria absoluta, poderá a qualquer momento, por iniciativa da Mesa, sustar o processo.

§ 4.º — Nos crimes comuns, os deputados serão submetidos a julgamento perante o Tribunal de Justiça do Estado.

§ 5.º — As prerrogativas processuais dos deputados, arrolados como testemunhas, não subsistirão, se deixarem de atender, sem justa causa, no prazo de trinta (30) dias, ao convite judicial.

§ 6.º — A incorporação, às Forças Armadas, de deputados, ainda que militares, mesmo em tempo de guerra, dependerá de licença da Assembléia Legislativa.

Art. 14 — A Assembléia Legislativa compõe-se de deputados eleitos pelo povo, mediante sufrágio universal e voto direto e secreto, pelo sistema distrital misto, majoritário e proporcional, na forma que a lei estabelecer.

Art. 15 —
§ 1.º —

b) pelo Governador, quando este a entender necessária;

c) por dois terços da Assembléia Legislativa.

Art. 16 —

Parágrafo único — Observar-se-ão as seguintes normas regimentais:

I —

II —

III — não será autorizada a publicação de pronunciamentos que envolverem ofensas às instituições nacionais, propaganda de guerra, de subversão da ordem política ou social, de preconceito de raça, religião ou classe, configurarem crimes contra a honra ou contiverem incitamento à prática de crimes de qualquer natureza;

IV — a Mesa encaminhará, por intermédio do Governador, pedidos de informação sobre fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou sujeito à fiscalização da Assembléia

Legislativa,

V — não será criada comissão parlamentar de inquérito enquanto estiverem funcionando concomitantemente pelo menos cinco, salvo deliberação por parte da maioria da Assembléia Legislativa,

VI — não será de qualquer modo subvencionada viagem de deputado ao exterior, salvo no desempenho de missão temporária da Assembléia Legislativa,

VII — será de dois anos o mandato para membro da Mesa, vedada a reeleição.

Art. 22 —

XIII — credenciar seis delegados ao Colégio Eleitoral para a eleição de Presidente da República, indicados pela bancada do respectivo partido majoritário, dentre os seus membros.

Art. 24 —

§ 2.º — A proposta será discutida e votada em dois turnos, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambas as votações, dois terços dos votos dos membros da Assembléia Legislativa.

Art. 25 —

§ 5.º — Na falta de deliberação dentro do prazo estabelecido neste artigo, cada projeto será incluído automaticamente na ordem do dia, em regime de urgência, nas dez sessões subseqüentes em dias sucessivos, se, ao final dessas, não for apreciado, considerar-se-á definitivamente aprovado.

Art. 106 —

§ 1.º — Ressalvadas as disposições em contrário, o Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, serão eleitos por sufrágio universal e voto direto e secreto, com mandato de quatro anos.

Art. 107 — O número de Vereadores, sempre ímpar, será fixado por lei, em proporção que não exceda de um para cada três mil eleitores, não podendo ser inferior a nove nem superior a vinte e um; os municípios com mais de um milhão de habitantes terão trinta e três Vereadores.

Art. 158 — Os mandatos dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos em 15 de novembro de 1982 terminarão em 31 de dezembro de 1988.

Art. 159 — Nas eleições de 15 de novembro de 1982, os deputados serão eleitos exclusivamente pelo sistema proporcional”.

Requerimentos:

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação ao Projeto de Lei n.º 128/82, que altera o Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1982.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação ao Projeto de Resolução n.º 58/80, de autoria do Deputado Antônio Facci e outros.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1982.

(a) NELSON BUFFARA.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 58/80, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI E OUTROS, que alterando os cargos de provimento em Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Poder Legislativo pertencentes à simbologia Geral “DAS-5”, passam a pertencer à Simbologia “DAS-4”. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 58/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Os cargos de provimento em Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Poder pertencentes à Simbologia “DAS-5”, passam a pertencer à Simbologia “DAS-4”.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de novembro de 1982.

(aa) DENI SCHWARTZ — Vice-Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Resolução n.º 58/80

O Projeto de Resolução em pauta, foi apresentado inicialmente como emenda ao Projeto de Resolução n.º 48/80 e, atendendo ao parecer emitido na Comissão de Finanças foi autuado isoladamente e encaminhado a esta Comissão de Constituição e Justiça, para pronunciamento.

Sob os aspectos constitucionais e legais da matéria, não há impedimento de ordem legal ou constitucional que se lhe possa antepor.

Nas condições do exposto, somos pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução que ora anexamos.

Sala das Comissões, em 18 de novembro de 1980.

(aa) DENI SCHWARTZ — Vice-Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

EM VOTAÇÃO — 2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 120/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 122/82), que dá nova redação a dispositivos da Lei n.º 7567, com as providências que especifica, (Lei 7567 de 08/01/82 — Cria Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário. COM EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação o Projeto, ressalvada a emenda. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. MÁRIO CELSO — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

Três Srs. Deputados aprovam; um Sr. Deputado rejeita. Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Solene para amanhã, dia 19, às 15:00 horas, para entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor Egas Dirceu Moniz de Aragão.

Marcando ainda, uma sessão ordinária para quarta-feira, dia 20, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — 2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 120/82.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 22, 23, 24, 56, 57 e 58/82.

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.º 128/82 e de Resolução n.º 58/80.

Levanta-se a sessão.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 132/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "PASCAL PROTEÇÃO À INFÂNCIA SANTA CATARINA LABOURÉ", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

A PASCAL PROTEÇÃO À INFÂNCIA SANTA CATARINA LABOURÉ, está devidamente registrada no 2.º Registro de Títulos e Documentos da Capital, e desde a sua fundação vem prestando relevantes serviços de filantropia e assistência social em todos os setores, principalmente às crianças pobres da região, conforme bem comprova a documentação em anexo.

Assim sendo, estamos levando à consideração dos nobres Pares, na certeza de que o presente plano de lei irá merecer o apoio e aprovação.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do Expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno, nem para o Grande Expedientes, a Mesa consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina)

Tendo declinado, consulto à Liderança do PTB (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ailton Cordeiro, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 128/82. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução n.º 58/80, de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci e outros. — **Aprovado.**

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 128/82 de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 131/82), que altera o Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 128/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Os cargos de provimento efetivo, que compõem o Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, passam a ser os constantes dos Anexos I, II e III, da presente lei.

Art. 2.º — A denominação, classificação, nº, código e níveis dos cargos, passam a ser os constantes dos precitados Anexos, obedecidas as correlações de enquadramento previstas no Anexo IV e de conformidade com as respectivas Tabelas.

Parágrafo único. Os vencimentos dos cargos de provimento efetivo previstos nos respectivos Anexos e Tabelas desta lei, são os constantes do Anexo V, Tabela I.

Art. 3.º — De acordo com o grau de escolaridade e com a habilitação profissional, os cargos efetivos do Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas, ficam estruturados em três Grupos Ocupacionais:

I — Grupo Ocupacional I — Atividades de Nível Superior — Anexo I;

II — Grupo Ocupacional II — Atividades de Nível Médio — Anexo II;

III — Grupo Ocupacional III — Atividades Auxiliares Diversas — Anexo III.

Art. 4.º — Os cargos do Grupo Ocupacional I — Atividades de Nível Superior, previstos no Anexo I, Código TC-ANS-100, são privativos de portadores de diplomas de curso superior em Direito, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Administração e Engenharia.

§ 1.º — Os cargos de código TC-ANS-101, TC-ANS-102 e TC-ANS-103 são privativos de portadores de diploma de cursos superiores correspondentes à natureza da função desempenhada.

§ 2.º — Os ocupantes dos cargos constantes do Anexo I, perceberão gratificação de produtividade correspondente à prevista no Anexo V, Tabela II.

Art. 5.º — Os cargos do Grupo Ocupacional II — Atividades de Nível Médio, previstos no Anexo II, serão privativos de portadores de diploma de curso de segundo grau de ensino.

Art. 6.º — A carreira de Auxiliar de Plenário fica transformada na carreira de Taquígrafo, código TC-AM-201, ressalvando-se o direito dos atuais ocupantes, mediante enquadramento previsto no artigo 10 desta lei e na forma do Anexo IV, Tabela II.

Parágrafo único. Aos ocupantes dos cargos referidos neste artigo, fica assegurada a percepção de gratificação de produtividade que já vêm percebendo e atribuída pelo artigo 25 da Lei número 7077/79.

Art. 7.º — O provimento dos níveis iniciais das diversas classes previstas nos Anexos I, II e III, será feito mediante concurso público.

§ 1.º — O concurso público referente aos cargos do Grupo Ocupacional I — Atividades de Nível Superior e do Grupo Ocupacional II — Atividades de Nível Médio, constantes dos Anexos I e II, será sempre precedido de processo seletivo interno de caráter competitivo para os respectivos provimentos dos níveis iniciais.

§ 2.º — Ao processo seletivo interno poderão concorrer funcionários integrantes do Quadro Próprio do Corpo Instrutivo que preencham os requisitos legais exigíveis para o exercício do cargo a ser provido.

Art. 8.º — A promoção, dentro das séries de classes, se processará na forma das disposições estatutárias incidentes,

dando-se preferência, nos casos de empate na classificação por antiguidade, ao tempo de serviço efetivo prestado ao Tribunal de Contas.

Art. 3.º — Os cargos constantes dos Anexos I, II e III, que não existiam na estrutura anterior, ficam criados por esta Lei, com as respectivas denominações, número e níveis de vencimento.

Art. 10 — O Presidente do Tribunal de Contas baixará os atos necessários aos enquadramentos a que se refere esta Lei, respeitada a correlação estabelecida no Anexo IV, Tabelas I, II e III.

Art. 11 — Aplicam-se aos funcionários do Tribunal de Contas do Estado do Paraná as disposições constantes do art.

15 da Lei n.º 7424, de 17 de dezembro de 1980.

Art. 12 — Na hipótese de ser concedido novo aumento de caráter geral ao funcionalismo público estadual, adicionalmente ao já concedido através do Decreto n.º 5384, de 30 de agosto de 1982, o Poder Executivo fica autorizado a, por Decreto, atualizar na mesma proporção, os valores das Tabelas I e II do Anexo V desta Lei.

Art. 13 — As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no Orçamento do Estado ao Tribunal de Contas.

Art. 14 — Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1983, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I

GRUPO OCUPACIONAL I

ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

CÓDIGO	NÍVEL	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS-CLASSES	NÚMERO DE CARGOS
TC-ANS-100	1	Técnico de Controle Externo	23
TC-ANS-100	2	Técnico de Controle Externo	19
TC-ANS-100	3	Técnico de Controle Externo	26
TC-ANS-100	4	Técnico de Controle Externo	25
TC-ANS-100	5	Técnico de Controle Externo	81
TC-ANS-101	4	Médico	01
TC-ANS-101	5	Médico	01
TC-ANS-102	5	Bibliotecário	01
TC-ANS-102	6	Bibliotecário	02
TC-ANS-103	5	Programador de Computador	01
TC-ANS-103	6	Programador de Computador	02

ANEXO II

GRUPO OCUPACIONAL II

ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO

CÓDIGO	NÍVEL	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS-CLASSES	NÚMERO DE CARGOS
TC-AM-200	7	Oficial de Controle	05
TC-AM-200	8	Oficial de Controle	38
TC-AM-200	9	Oficial de Controle	50
TC-AM-200	10	Oficial de Controle	30
TC-AM-200	11	Oficial de Controle	35
TC-AM-201	9	Taquígrafo	03
TC-AM-201	10	Taquígrafo	03
TC-AM-202	8	Operador de Computador	01
TC-AM-202	9	Operador de Computador	02
TC-AM-203	11	Auxiliar de Controle	15
TC-AM-203	12	Auxiliar de Controle	15
TC-AM-203	13	Auxiliar de Controle	30

ANEXO III

GRUPO OCUPACIONAL III

ATIVIDADES AUXILIARES DIVERSAS

CÓDIGO	NÍVEIS	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS-CLASSES	NÚMERO DE CARGOS
TC-AD-300	14	Auxiliar Administrativo	45
TC-AD-300	15	Auxiliar Administrativo	35
TC-AD-300	16	Auxiliar Administrativo	20
TC-AD-301	16	Telefonista	01
TC-AD-301	17	Telefonista	02
TC-AD-302	17	Auxiliar de Serviço	03
TC-AD-302	18	Auxiliar de Serviço	03

ANEXO IV

CORRELAÇÕES DE ENQUADRAMENTO

TABELA I

(Cargos Previstos no Anexo I)

ESTRUTURA ANTERIOR				NOVA ESTRUTURA			
NÍVEIS	DENOMINAÇÃO	Nº CARGOS	CÓDIGO	NÍVEIS	DENOMINAÇÃO	Nº CARGOS	
C-100.5	Técnico de Controle Externo	23	TC-ANS-100	1	Técnico de Controle Externo	23	
C-100.4	Técnico de Controle Externo	19	TC-ANS-100	2	Técnico de Controle Externo	19	
C-100.3	Técnico de Controle Externo	26	TC-ANS-100	3	Técnico de Controle Externo	26	
C-100.2	Técnico de Controle Externo	25	TC-ANS-100	4	Técnico de Controle Externo	25	
C-100.1	Técnico de Controle Externo	81	TC-ANS-100	5	Técnico de Controle Externo	81	
C-30	Médico	01	TC-ANS-101	4	Médico	01	
C-29	Médico	01	TC-ANS-101	5	Médico	01	
-	-	-	TC-ANS-102	5	Bibliotecário	01	
-	-	-	TC-ANS-102	6	Bibliotecário	02	
-	-	-	TC-ANS-103	5	Programador de Computador	01	
-	-	-	TC-ANS-103	6	Programador de Computador	02	

ANEXO IV
CORRELAÇÕES DE ENQUADRAMENTO

TABELA II

(Cargos Previstos no Anexo II)

ESTRUTURA ANTERIOR				NOVA ESTRUTURA			
NÍVEIS	DENOMINAÇÃO	Nº CARGOS	CÓDIGO	NÍVEIS	DENOMINAÇÃO	Nº CARGOS	
-300.5	Oficial de Controle	05	TC-AM-200	7	Oficial de Controle	05	
-300.4	Oficial de Controle	38	TC-AM-200	8	Oficial de Controle	38	
-300.3	Oficial de Controle	50	TC-AM-200	9	Oficial de Controle	50	
300.2	Oficial de Controle	30	TC-AM-200	10	Oficial de Controle	30	
-300.1	Oficial de Controle	35	TC-AM-200	11	Oficial de Controle	35	
-200.2	Auxiliar de Plenário	03	TC-AM-201	7	Taquígrafo	03	
-200.1	Auxiliar de Plenário	07	TC-AM-201	8	Taquígrafo	03	
-	-	-	TC-AM-202	8	Operador de Computador	01	
-	-	-	TC-AM-203	9	Operador de Computador	02	
-400.3	Auxiliar de Controle	15	TC-AM-203	11	Auxiliar de Controle	15	
-400.2	Auxiliar de Controle	15	TC-AM-203	12	Auxiliar de Controle	15	
-400.1	Auxiliar de Controle	35	TC-AM-203	13	Auxiliar de Controle	30	

ANEXO IV

CORRELAÇÕES DE ENQUADRAMENTO

TABELA III

(Cargos Previstos no Anexo III)

ESTRUTURA ANTERIOR				NOVA ESTRUTURA		
NÍVEIS	DENOMINAÇÃO	Nº CARGOS	CÓDIGO	NÍVEIS	DENOMINAÇÃO	Nº CARGOS
TC-500.3	Auxiliar Administrativo	51	TC-AD-300	14	Auxiliar Administrativo	45
TC-500.2	Auxiliar Administrativo	41	TC-AD-300	15	Auxiliar Administrativo	35
TC-500.1	Auxiliar Administrativo	25	TC-AD-300	16	Auxiliar Administrativo	20
			TC-AD-301	16	Telefonista	01
			TC-AD-301	17	Telefonista	02
			TC-AD-302	17	Auxiliar de Serviço	03
			TC-AD-302	18	Auxiliar de Serviço	03

ANEXO V

TABELA I

VENCIMENTOS DOS CARGOS DE
PROVIMENTO EFETIVO

NÍVEL	VALOR
1	119.217,00
2	109.226,00
3	100.049,00
4	90.008,00
5	82.691,00
6	76.023,00
7	69.956,00
8	62.102,00
9	56.906,00
10	52.144,00
11	47.781,00
12	44.756,00
13	40.336,00
14	36.764,00
15	33.687,00
16	30.868,00
17	28.286,00
18	25.920,00

ANEXO V

TABELA II

GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE

CARGOS	VALORES
Técnico de Controle Externo	25.832,00
Médico	25.832,00
Bibliotecário	22.384,00
Programador de Computador	22.384,00

— Ao Departamento Legislativo